

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	44
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	46
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	58.736.269
Preferenciais	44.206.287
Total	102.942.556
Em Tesouraria	
Ordinárias	46.700
Preferenciais	35.500
Total	82.200

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	02/10/2018	Ordinária		0,01125
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	02/10/2018	Preferencial		0,19372

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	5.744.706	5.374.288
1.01	Ativo Circulante	3.598.835	3.380.092
1.01.01	Disponibilidades	10.795	1.642
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	715.166	720.075
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	715.166	720.075
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	496.642	482.263
1.01.03.01	Carteira Própria	151.707	128.146
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	337.716	346.825
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.219	7.292
1.01.06	Operações de Crédito	2.108.855	1.840.951
1.01.06.01	Setor Privado	2.129.993	1.865.037
1.01.06.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.268	4.576
1.01.06.03	(Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa)	-24.406	-28.662
1.01.08	Outros Créditos	251.864	319.964
1.01.08.02	Diversos	245.781	317.159
1.01.08.03	Rendas a Receber	6.198	3.069
1.01.08.04	(Provisão p/ Outros Créditos Liquid. Duvidosa)	-115	-264
1.01.09	Outros Valores e Bens	15.513	15.197
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	9.904	9.455
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-2.891	-2.537
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	8.500	8.279
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.137.840	1.986.253
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	23.669	10.527
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.669	10.527
1.02.05	Operações de Crédito	1.904.631	1.712.644
1.02.05.01	Setor Privado	1.952.289	1.759.109
1.02.05.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.983	4.056
1.02.05.03	(Provisão p/ Créditos de Liquid. Duvidosa)	-49.641	-50.521
1.02.07	Outros Créditos	208.394	262.273
1.02.07.01	Diversos	208.394	262.273
1.02.08	Outros Valores e Bens	1.146	809
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	1.146	809
1.03	Ativo Permanente	8.031	7.943
1.03.01	Investimentos	751	751
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.308	1.308
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-557	-557
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.222	5.957
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	13.851	12.986
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-7.629	-7.029
1.03.04	Intangível	1.058	1.235
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	3.022	2.993
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-1.964	-1.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	5.744.706	5.374.288
2.01	Passivo Circulante	1.648.523	532.104
2.01.01	Depósitos	1.507.427	395.071
2.01.01.01	Depósitos Interfinanceiros	1.507.427	395.071
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	23.508	27.541
2.01.07.01	BNDES	691	831
2.01.07.02	FINAME	22.817	26.710
2.01.09	Outras Obrigações	117.588	109.492
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos	1.171	853
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	13.348	14.998
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	13.594	10.086
2.01.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	47.323	30.751
2.01.09.06	Diversos	42.152	52.804
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.199.720	3.972.917
2.02.01	Depósitos	3.002.591	3.701.114
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	3.002.591	3.701.114
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	16.605	27.485
2.02.07.01	BNDES	2.107	2.285
2.02.07.02	FINAME	14.498	25.200
2.02.09	Outras Obrigações	180.524	244.318
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	26.234	59.917
2.02.09.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	112.004	136.266
2.02.09.03	Diversos	42.286	48.135
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	22.128	18.263
2.05	Patrimônio Líquido	874.335	851.004
2.05.01	Capital Social Realizado	423.430	400.030
2.05.01.01	De Domiciliados no País	399.520	377.404
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	23.910	22.626
2.05.02	Reservas de Capital	3.729	4.169
2.05.02.01	Reservas de Capital	4.099	4.251
2.05.02.02	Outras Reservas de Capital - Ações em Tesouraria	-370	-82
2.05.04	Reservas de Lucro	447.176	446.805
2.05.04.01	Legal	23.770	31.126
2.05.04.02	Estatutária	423.406	415.679

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	153.261	300.359	160.784	335.946
3.01.01	Operações de Crédito	59.129	234.625	121.941	303.111
3.01.02	Resultado de Operações com T.V.M.	16.654	34.837	18.455	44.363
3.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	69.935	14.089	2.525	-50.646
3.01.04	Oper. Venda ou Transferência Ativos Fin	7.543	16.808	17.863	39.118
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-73.832	-151.483	-89.918	-200.591
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-71.097	-141.289	-85.398	-188.582
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-541	-2.697	-1.450	-1.135
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.962	-6.923	-2.469	-9.618
3.02.05	Oper.Venda ou Tranferência Ativos Fin	-232	-574	-601	-1.256
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	79.429	148.876	70.866	135.355
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-53.287	-98.463	-47.376	-92.380
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	12.625	24.046	9.776	17.636
3.04.02	Despesas de Pessoal	-28.293	-56.416	-24.517	-48.419
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-17.650	-33.508	-16.111	-30.268
3.04.04	Despesas Tributárias	-5.228	-10.718	-5.495	-11.144
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	494	2.167	2.387	3.801
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-15.235	-24.034	-13.416	-23.986
3.05	Resultado Operacional	26.142	50.413	23.490	42.975
3.06	Resultado Não Operacional	-269	-418	-969	-715
3.06.01	Receitas	81	164	147	785
3.06.02	Despesas	-350	-582	-1.116	-1.500
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	25.873	49.995	22.521	42.260
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-6.733	-14.668	-7.923	-16.002
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-4.110	-9.774	-5.073	-11.814
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-3.458	-8.238	-4.340	-10.026
3.08.03	Créditos Trib. I. Renda e C. Social	835	3.344	1.490	5.838
3.09	IR Diferido	-26	-53	-109	-201

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.200	-2.286	-1.208	-2.279
3.10.01	Participações	-1.200	-2.286	-1.208	-2.279
3.10.01.01	Empregados	-1.200	-2.286	-1.208	-2.279
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	17.914	32.988	13.281	23.778
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	174,16000	320,71000	128,81000	230,83000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	17.914	32.988	13.281	23.778
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.914	32.988	13.281	23.778

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.196	-591.225
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	34.958	39.622
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	32.988	23.778
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	868	887
6.01.01.03	Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	6.923	9.618
6.01.01.04	Ajustes Provisão Passivos Contingentes	-5.689	5.842
6.01.01.05	Ajustes de atualização de depósito judicial	-132	-503
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19.762	-630.847
6.01.02.01	(Aum.) Red. em Títulos e Vlrs. Mobiliários	-27.522	-192.874
6.01.02.03	(Aum.) Red. Operações de Créditos	-466.815	-201.921
6.01.02.04	(Aum.) Red. Outros Créditos	121.636	70.523
6.01.02.05	(Aum.) Red. Outros Valores e Bens	-558	216
6.01.02.06	Aquisição de Bens não de uso próprio	-2.333	-12.644
6.01.02.07	Alienação de Bens não de uso próprio	2.278	6.249
6.01.02.08	Aum. (Red.) Depósitos	413.834	-336.696
6.01.02.10	Aum. (Red.) Obrig Empréstimos e Repasses	-14.913	-23.262
6.01.02.11	Aum. (Red.) Instr. Financeiros Derivativos	-7.690	40.134
6.01.02.12	Aum. (Red.) Outras Obrigações	-27.784	49.071
6.01.02.13	Aum. (Red.) Resultado Exercícios Futuros	3.868	2.061
6.01.02.14	Pagamento de I.de Renda e C. Social	-13.763	-31.704
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-522	-421
6.02.02	Aquisição de imobilizados de uso	-1.050	-497
6.02.04	Aplicações no Intangível	-28	-673
6.02.07	Alienação de imobilizado de uso	83	437
6.02.08	Dividendos recebidos	473	306
6.02.10	Alienação de intangível	0	6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.430	-8.150
6.03.01	Dividendos e Juros s/cap. próprio pagos	-9.990	-7.804
6.03.02	Aquisição de Ações Próprias	-440	-346
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.244	-599.796
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	721.717	790.290
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	725.961	190.494

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	400.030	4.169	0	446.805	0	0	851.004
5.03	Saldo Ajustado	400.030	4.169	0	446.805	0	0	851.004
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	32.988	0	32.988
5.05	Destinações	0	0	0	23.771	-32.988	0	-9.217
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-9.217	0	-9.217
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	23.771	-23.771	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	23.400	0	0	-23.400	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-440	0	0	0	0	-440
5.13	Saldo Final	423.430	3.729	0	447.176	0	0	874.335

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	387.830	4.738	0	412.191	0	0	804.759
5.03	Saldo Ajustado	387.830	4.738	0	412.191	0	0	804.759
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	23.778	0	23.778
5.05	Destinações	0	0	0	15.688	-23.778	0	-8.090
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-8.090	0	-8.090
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	15.688	-15.688	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	12.200	0	0	-12.200	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-346	0	0	0	0	-346
5.13	Saldo Final	400.030	4.392	0	415.679	0	0	820.101

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	319.231	347.050
7.01.01	Intermediação Financeira	300.359	335.946
7.01.02	Prestação de Serviços	24.046	17.636
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.923	-9.618
7.01.04	Outras	1.749	3.086
7.01.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.167	3.801
7.01.04.02	Resultados não-operacionais	-418	-715
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-144.560	-190.973
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.102	-49.827
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.565	-1.922
7.03.02	Serviços de Terceiros	-51.537	-47.905
7.04	Valor Adicionado Bruto	121.569	106.250
7.05	Retenções	-868	-887
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-868	-887
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	120.701	105.363
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	120.701	105.363
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	120.701	105.363
7.09.01	Pessoal	50.121	43.567
7.09.01.01	Remuneração Direta	37.597	32.833
7.09.01.02	Benefícios	9.445	8.053
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.079	2.681
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.019	34.479
7.09.02.01	Federais	32.480	33.303
7.09.02.02	Estaduais	4	0
7.09.02.03	Municipais	1.535	1.176
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.573	3.539
7.09.03.01	Aluguéis	3.573	3.524
7.09.03.02	Outras	0	15
7.09.03.02.01	Doações Filantrópicas	0	15
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	32.988	23.778
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.217	8.090
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.771	15.688

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Informações Trimestrais da **FINANCEIRA ALFA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) relativas aos trimestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Informações Trimestrais, do parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia nos trimestres. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro em relação aos potenciais candidatos e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de bons resultados fiscais de curto prazo, contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto e um cenário internacional de crescimento global acima da média, ampla liquidez e expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais.

O decorrer do semestre, entretanto, frustrou as expectativas de iniciais de crescimento, com o PIB do primeiro trimestre avançando apenas 0,4% em relação ao trimestre anterior e com a greve nacional dos caminhoneiros, entre o final do mês de maio e o início do mês de junho, afetando efetivamente o desempenho do segundo trimestre e comprometendo as perspectivas para o restante do ano. Além prejudicar diretamente a produção e o consumo no período, a greve abalou os níveis de confiança e as intenções de investimento na economia, reduzindo as perspectivas de contratações, criando instabilidade política e levando o quadro fiscal a um equilíbrio mais delicado. Como resultado, o consenso do mercado encerrou o semestre apontando para uma expansão de apenas 1,5% para o PIB deste ano, contra 2,8%, no início do ano.

Em paralelo, no cenário internacional, dados também mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo no primeiro trimestre foram dando lugar ao longo do semestre a uma maior certeza sobre a aceleração da economia americana, sob forte impulso fiscal, enquanto prosseguia a dúvida sobre o ritmo de recuperação dos demais países, o que se traduziu em um quadro de dólar americano mais forte e juros mais altos nos Estados Unidos. Este cenário, aliado ao reforço de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais, em especial com a China e a Zona do Euro, levou no decorrer do primeiro semestre a diversos episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira.

O aumento dos riscos no quadro internacional exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro (BC). Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, o BC, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas. E, em sua reunião de meados de maio, o Copom optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%.

Após as repercussões da greve dos caminhoneiros terem exposto ainda mais as fragilidades do cenário doméstico e com a aproximação dos prazos oficiais para a definição de coligações partidárias e candidatos às eleições de outubro

Comentário do Desempenho

2018, intensificaram-se as preocupações do mercado quanto ao quadro eleitoral. Em meio à grande indefinição sobre a vitória de candidatos propensos a levarem adiante as importantes reformas necessárias para garantir a estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento adiante, a volatilidade dos mercados domésticos aumentou, com a taxa de câmbio encerrando o semestre no patamar de R\$/US\$ 3,88.

A expectativa para o segundo semestre é de prosseguimento do quadro de volatilidade no cenário internacional enquanto o tema dos conflitos comerciais permanece não resolvido e provocando repercussões sobre a economia global. A atividade econômica nos Estados Unidos deve continuar a reagir positivamente aos impulsos fiscais e, à medida que as negociações comerciais avancem, esperamos uma gradual redução das incertezas, e conseqüentemente um ambiente mais favorável ao crescimento na Europa e Japão, e uma retomada dos países emergente. Assim, espera-se também que a prossiga a gradual retirada dos estímulos monetários no mundo.

No cenário doméstico, a volatilidade tende a se intensificar com a proximidade das eleições presidenciais, com um quadro eleitoral marcado por um número maior do que o usual de eleitores indecisos e candidatos com plataformas de governo com impactos potenciais sobre as expectativas de crescimento e sobre a evolução dos mercados.

2. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do Semestre

O lucro líquido da Companhia atingiu R\$ 17.914 mil no 2º trimestre de 2018 (2017 R\$ 13.281 mil) e R\$ 32.988 mil no 1º semestre de 2018 (2017 R\$ 23.778 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 7,90% (31/12/2017 6,00%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 851.004 mil (2017 R\$ 804.759 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 320,71 (30/06/2017 R\$ 230,83).

Para o semestre findo foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.217 mil (30/06/2017 R\$ 8.090 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 193,72 (30/06/2017 R\$ 182,75) para preferenciais e R\$11,25 (30/06/2017 R\$ Zero) para as ordinárias por lote de mil ações, conforme nota explicativa 12b.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 874.335 mil ao final do semestre (31/12/2017 R\$ 851.004 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 8.500,21 (31/12/2017 R\$ 8.265,60) no semestre.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basiléia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 19,21% ao final do semestre (31/12/2017 20,35%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basiléia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 18/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 423.430 mil, mediante incorporação de reservas de lucros.

Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 4.558.967 mil na data do balanço (31/12/2017 R\$ 4.165.227 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 4.510.018 mil (31/12/2017 R\$ 4.096.185 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ 40.113 mil (31/12/2017 R\$ 55.026 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R\$ 8.836 mil (31/12/2017 R\$ 14.016 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

Comentário do Desempenho

Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 5.744.706 mil ao final do semestre (31/12/2017 R\$ 5.374.288 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 520.311 mil na data do balanço (31/12/2017 R\$ 492.790 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria “títulos para negociação”.

A carteira de crédito, incluindo o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” no montante de R\$ 78.277 mil (31/12/2017 R\$ 158.749 mil, também positivo), conforme Carta Circular do Bacen nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R\$ 4.398.215 mil ao final do semestre (31/12/2017 R\$ 4.040.920 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 41.761 mil (31/12/2017 R\$ 49.181 mil), correspondente a 0,97% (31/12/2017 1,22%) da carteira total.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 74.162 mil (31/12/2017 R\$ 79.447 mil), representando 1,72% (31/12/2017 – 2,05%) do total da carteira de crédito, 48,59% (31/12/2017 – 61,05%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

3. OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

4. DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das informações trimestrais da **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos**, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

5. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 09 de agosto de 2018, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

Comentário do Desempenho

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

DIRETORIA

Rubens Bution
Diretor Presidente

DIRETORES

Antonio José Ambrozano Neto

Fabio Alberto Amorosino

Fabiano Siqueira de Oliveira

Este Relatório da Administração preparado pela diretoria foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 09 de agosto de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro
Presidente

CONSELHEIROS

Humberto Mourão de Carvalho

Luiz Alves Paes de Barros

Notas Explicativas

EM MILHARES DE REAIS

01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

a) Atividade e estrutura do Grupo

A **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no exercício de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado:

- Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., também controlada pelo Banco Alfa de Investimento mas não se trata de empresa financeira);
- Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos;
- Banco Alfa S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Financeira Alfa S.A., possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta informações trimestrais: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa), Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

b) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de

Notas Explicativas

Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas informações trimestrais foram concluídas em 08/08/2018 e aprovadas pelo Conselho de Administração em 09/08/2018.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às informações trimestrais de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

b) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo : Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares Bacen nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 4b e 15). A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 5 letras “c” e “d”).

c) Títulos e Valores Mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

Notas Explicativas

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda;
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias, I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgada por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;

Notas Explicativas

- **Hedge de Fluxo de Caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

A Companhia não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (“hedge”) com natureza de “hedge de fluxo de caixa”.

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, classificados como “Hedge de Risco de Mercado”, tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

As operações de crédito designadas para hedge risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhece-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (“hedge”), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 15.

e) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros:

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN no. 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de “Operações de Crédito – Vinculadas à Cessão”. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica “Outras Obrigações – Diversas – Obrigações por Operações Vinculadas à Cessão”, e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações.

As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no Ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica “Operações de Crédito”, mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados.

f) Ativo Permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos: (f.1) Depreciação do Imobilizado de Uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: Veículos e Processamento de Dados 20%, Móveis e Utensílios e Instalações 10% e (f.2) Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

g) Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo : São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

Notas Explicativas

h) Impostos e Contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169, de 06/10/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b).

i) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das informações trimestrais da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas informações trimestrais. As principais aplicações do semestre de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota nº 5d);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota nº 15);
- Ativos tributários diferidos (vide nota nº 8b); e
- Passivos contingentes (vide nota nº 11).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das informações trimestrais.

j) Ativos e Passivos Contingentes: Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos Contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos Contingentes – Fiscais e Previdenciárias, Cíveis e Trabalhistas (nota nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

k) Moeda funcional e de apresentação: As informações trimestrais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações trimestrais expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

Notas Explicativas**03. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	715.166	720.075
- de Ligadas	715.166	720.075
Total - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	715.166	720.075

A Companhia possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com empresa do Conglomerado Financeiro com taxas indexadas a 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 02/07/2018.

04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**a) Composição de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Carteira Própria - Livres:		
Letras Financeiras do Tesouro	151.707	128.146
Vinculados a Prestação de Garantias:		
Letras Financeiras do Tesouro	337.716	346.825
Total - Títulos e Valores Mobiliários	489.423	474.971
Swaps – Diferencial a Receber (nota 15d)	30.888	17.819
Total – Instrumentos Financeiros Derivativos	30.888	17.819
Total Geral	520.311	492.790

b) Classificação de Títulos e Valores Mobiliários por Categoria e Vencimento:

	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 meses a 1 ano</u>	<u>1 ano a 3 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Saldo em 30/06/2018</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
Títulos para Negociação						
Letras Financeiras do Tesouro (i)	1.657	191.587	117.805	178.374	489.423	474.971
Títulos e Valores Mobiliários	1.657	191.587	117.805	178.374	489.423	474.971
% Concentração por Prazo	0,4%	39,1%	24,1%	36,4%	100,0%	

- “**Títulos para Negociação**”: O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(i) O ajuste positivo dos Títulos para Negociação no montante de R\$ 169 (31/12/2017 R\$ 246 positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 489.254 (31/12/2017 R\$ 474.725) e de mercado R\$ 489.423 (31/12/2017 R\$ 474.971), foi registrado sob o título “Resultado com Títulos e Valores Mobiliários”.

Os títulos privados são custodiados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos no SELIC.

c) Composição dos Títulos vinculados a prestação de garantias:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	329.048	338.265
Títulos dados em garantia em ações judiciais	8.668	8.560
Total	337.716	346.825

Notas Explicativas**5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO****a) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:**

Setores de Atividade:	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Setor Privado				
Rural	7.018	0,1	6.588	0,2
Indústria	43.311	1,0	39.250	1,0
Comércio	693.709	16,1	677.206	17,4
Instituições Financeiras	144.066	3,3	221.324	5,7
Outros Serviços	414.093	9,6	239.779	6,2
Pessoas Físicas	3.017.791	69,9	2.698.024	69,5
Total da Carteira	4.319.988	100,0	3.882.171	100,0
Empréstimos	2.192.169	50,8	1.828.428	47,1
Financiamentos	1.811.887	41,9	1.636.968	42,2
Operações de crédito vinculados à cessão	5.251	0,1	8.632	0,2
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	143.213	3,3	219.951	5,7
Outros Créditos (nota 6)	167.468	3,9	188.192	4,8
Total da Carteira	4.319.988	100,0	3.882.171	100,0
Ajuste ao valor mercado - Item Objeto Hedge	78.227	(*)	158.749	
Total Global	4.398.215		4.040.920	

(*) A oscilação se deve, substancialmente, pelo fechamento da taxa de juros prefixadas, ou seja, atenuou-se a piora das expectativas aumentando assim o valor marcado a mercado do objeto de hedge.

b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:

Parcelas por Faixas de Vencimento:	30/06/2018				31/12/2017			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
A vencer								
- até 180 dias	1.626.755	10.671	1.637.426	37,9	1.438.874	12.299	1.451.173	37,4
- de 181 a 360 dias	695.423	7.195	702.618	16,2	669.740	7.999	677.739	17,5
- acima de 360 dias	1.956.049	16.064	1.972.113	45,6	1.724.376	16.644	1.741.020	44,8
Total Vincendas	4.278.227	33.930	4.312.157	99,7	3.832.990	36.942	3.869.932	99,7
Vencidas								
- até 60 dias	-	2.946	2.946	0,1	-	4.011	4.011	0,1
- de 61 a 180 dias	-	3.347	3.347	0,1	-	5.663	5.663	0,1
- acima de 180 dias	-	1.538	1.538	0,1	-	2.565	2.565	0,1
Total Vencidas	-	7.831	7.831	0,3	-	12.239	12.239	0,3
Total da Carteira	4.278.227	41.761	4.319.988	100,0	3.832.990	49.181	3.882.171	100,0

c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Níveis de Risco :	30/06/2018					31/12/2017				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	(*) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	(*) A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	1.492.358	-	1.492.358	-	-	559.129	-	559.129	-	-
A	680.899	-	680.899	3.404	3.404	3.060.339	-	3.060.339	15.302	28.900
B	2.045.107	6.171	2.051.278	20.513	33.231	155.481	7.136	162.617	1.626	4.862
C	28.301	7.823	36.124	1.084	2.998	19.577	7.103	26.680	800	2.665
D	18.367	6.664	25.031	2.503	7.507	25.436	6.191	31.627	3.163	9.485
E	5.572	3.329	8.901	2.670	4.450	6.439	4.905	11.344	3.403	5.671
F	4.864	4.551	9.415	4.708	6.590	2.585	5.982	8.567	4.284	5.996
G	344	2.838	3.182	2.228	3.182	532	3.182	3.714	2.600	3.714
H	2.415	10.385	12.800	12.800	12.800	3.472	14.682	18.154	18.154	18.154
Total	4.278.227	41.761	4.319.988	49.910	74.162	3.832.990	49.181	3.882.171	49.332	79.447

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	1º Semestre	
	2018	2017
Saldo inicial no período	79.447	97.552
Constituição/(Reversão)	6.923	9.618
Baixas	(12.208)	(12.207)
Saldo final no período	74.162	94.963

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R\$ 74.162 (31/12/2017 R\$ 79.447), correspondente a 1,72% (31/12/2017 2,05%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge”. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

No semestre foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 15.241 (31/12/2017 R\$ 33.048), e ocorreram recuperações no montante de R\$ 5.666 (31/12/2017 R\$ 16.576). O saldo das operações renegociadas era de R\$ 47.310 (31/12/2017 R\$ 57.281) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

e) Cessão de Crédito

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº2 e destas informações trimestrais.

O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no período, perfaz o montante de R\$ 8.343 (31/12/2017 R\$ 13.092), tendo sido reconhecida no semestre receita de juros para estas operações o montante de R\$ 927 (31/12/2017 R\$ 3.305), e estão registradas na Demonstração de Resultado sob a rubrica “Receitas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

Notas Explicativas

O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 8.836 (31/12/2017 R\$ 14.016), tendo sido apropriadas no semestre despesas de juros no montante de R\$ 574 (1º.semestre/2017 R\$1.256) registrado na rubrica “Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ 78 (31/12/2017 R\$ 77).

A partir de Novembro/2016 a Companhia vem realizando cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada (aquisição). O volume de transação destas operações até 30/06/2018 corresponde a R\$ 312.755 (31/12/2017 R\$ 381.071), registrada em conta adequada do Ativo, na rubrica “Operações de Crédito”, tendo sido reconhecidas no semestre receitas no montante de R\$ 39.718 (30/06/2017 R\$11.082) registradas na rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

06. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS:

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	143.213	(*)	219.951
Depósitos judiciais	40.239		41.845
Créditos tributários (nota 8b)	74.885		103.375
Títulos e créditos a receber	167.468	(**)	188.192
Carteira de crédito - recursos em trânsito	9.405		10.905
Prêmio na venda de operações de crédito - Ligadas	14.951		12.511
Tributos antecipados	2.270		2.040
Outros créditos	1.744		613
Total	<u>454.175</u>		<u>579.432</u>

(*) Refere-se a operações de crédito pessoal consignado adquiridas com cláusula de coobrigação junto a instituições ligadas. Para registro das operações de crédito adquiridas foi observado o critério contábil estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08;

(**) Refere-se a títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de risco e benefícios, com vencimento até 13/04/2020 à taxa de 9,17% a.a. até 35,28% a.a..

07. DESPESAS ANTECIPADAS:

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

Notas Explicativas**08. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:**

	1º Semestre	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	47.709	39.981
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(21.469)	(17.991)
Efeito no cálculo dos tributos:	6.748	1.788
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(4.061)	(5.479)
Créditos Amortizados para Prejuízo	(226)	935
Juros sobre o capital próprio	4.148	3.641
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.378	1.165
Contingências Fiscais e Trabalhistas	655	(4.238)
Obrigações Fiscais Diferidas	(50)	(201)
Ativo Fiscal Diferido	3.344	5.838
Outros valores	560	127
Imposto de renda e contribuição social	(14.721)	(16.203)
Sendo		
Impostos correntes	(18.015)	(21.840)
Impostos diferidos	3.294	5.637
Despesa Contabilizada	(14.721)	(16.203)

(*) Vide nota explicativa nº 2h.

b) Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31/12/2017	Constituição	Realização	30/06/2018
Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	13.281	6.020	(4.773)	14.528
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	31.778	5.218	(7.333)	29.663
Créditos Amortizados para Prejuízo	7.548	2.483	(2.282)	7.749
Outros Créditos Tributários	4.634	3.491	(3.341)	4.784
Derivativos	46.134	43.405 (*)	(71.378) (*)	18.161
Total - Crédito Tributário Ativo	103.375	60.617	(89.107)	74.885
Derivativos	(57.752)	(11.349)	43.183	(25.918)
Outros	(883)	(59)	9	(933)
Total - Obrigações Fiscais Diferidas	(58.635)	(11.408)	43.192 (*)	(26.851)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	44.740			48.034
% sobre Patrimônio Líquido	5,3%			5,5%

(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos.

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2018, estimou que a realização do Crédito Tributário Ativo ocorrerá na seguinte proporção:

Realização					
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano
32%	36%	15%	10%	5%	2%

Notas Explicativas

Na data base 30/06/2018 o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic é de R\$ 40.319 (31/12/2017 R\$ 36.821). Os créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas não ativados em 30/06/2018, referentes a majoração da alíquota da CSLL, totalizavam R\$ 6.590 (31/12/2017 R\$ 10.868).

09. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

a) Composição dos Recursos Captados:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos interfinanceiros	4.510.018	4.096.185
Obrigações por repasses – País	40.113	55.026
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	8.836	14.016
Total – Recursos Captados	<u>4.558.967</u>	<u>4.165.227</u>

b) Composição de Recursos Captados por prazos de vencimento:

	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 meses a 1 ano</u>	<u>1 ano a 3 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Total 30/06/2018</u>
Depósitos Interfinanceiros	608.703	898.724	2.960.591	42.000	4.510.018
Obrigações por Repasses (i)	6.727	16.781	15.405	1.200	40.113
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	1.271	3.357	4.208	-	8.836
Total de Captações	<u>616.701</u>	<u>918.862</u>	<u>2.980.204</u>	<u>43.200</u>	<u>4.558.967</u>
% Concentração por Prazo	<u>13,5%</u>	<u>20,2%</u>	<u>65,4%</u>	<u>0,9%</u>	<u>100,0%</u>

	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 meses a 1 ano</u>	<u>1 ano a 3 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Total 31/12/2017</u>
Depósitos Interfinanceiros	392.196	425.314	3.252.044	26.632	4.096.186
Obrigações por Repasses (i)	7.381	20.160	25.537	1.948	55.026
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	1.944	4.862	7.209	-	14.015
Total de Captações	<u>401.521</u>	<u>450.336</u>	<u>3.284.790</u>	<u>28.580</u>	<u>4.165.227</u>
% Concentração por Prazo	<u>9,6%</u>	<u>10,8%</u>	<u>78,9%</u>	<u>0,7%</u>	<u>100,0%</u>

Os recursos captados no País para repasses a clientes possuem as seguintes características:

- i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 08/06/2022 indexados à taxa pré que variam de 8,05% a.a. a 18,30% e pós-fixada indexado em 100,50% a 109,00% do CDI;
- ii) Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 17/10/2022 à taxa pós-fixada 2,10% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 1,70% a 1,96% a.a. mais SELIC, Operações de FINAME com vencimentos até 17/07/2023 à taxa pós-fixada de 0,90% até 2,10% a.a. mais TJLP, à taxa pós-fixada de 1,40% até 2,34% mais SELIC e pré-fixada até 19,79% a.a., garantidos por contratos.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

a) Fiscais e Previdenciárias:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	7.394	3.356
Impostos e contribuições a recolher	5.583	8.013
Provisões para impostos e contribuições diferidos	26.851 (*)	58.634
Total	<u>39.828</u>	<u>70.003</u>

(*) Refere-se, basicamente, a IR Diferido - TVM e Derivativos (vide nota explicativa nº 8b);

Notas Explicativas

b) Diversas:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões de pessoal e administrativa	21.199	31.139
Contingência trabalhista (nota 11)	30.358	31.678
Contingência cível (nota 11)	1.147	1.290
Contingências Fiscais (nota 11)	4.814	4.672
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	8.836	14.016
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	15.279	14.869
Cretores diversos	2.805	3.275
Total	<u>84.438</u>	<u>100.939</u>

11. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas informações trimestrais são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e		
	<u>Previdenciárias (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Cíveis (c)</u>
Saldo inicial em 01/01/2018	4.672	31.678	1.289
(+) Complemento de provisão	34	9.906 (*)	551
(+) Atualização de provisão	121	-	-
(-) Baixa por pagamento	-	(6.868)	(572)
(-) Baixa por reversão	(13)	(4.358)	(121)
Saldo final em 30/06/2018	<u>4.814</u>	<u>30.358</u>	<u>1.147</u>

(*) Refere-se à provisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela administração.

a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica “Provisão para Contingências” do grupo “Outras Obrigações - Diversas”.

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R\$ 4.675 (31/12/2017 R\$ 4.613).

A Companhia deixou de divulgar a contingência referente à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante à base de cálculo do PIS, para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas das instituições financeiras, e não apenas sobre suas receitas de prestação de serviços, em razão da adesão ao PERT em 31/08/2017 e consequente pagamento dos débitos nos termos do referido programa.

Notas Explicativas

A Companhia deixou de divulgar a contingência referente ao ISS Prefeitura de São Paulo (autos de infração para cobrança de ISS sobre valores registrados em diversas contas contábeis sob alegação de se tratar de receitas de prestação de serviços) em razão da reavaliação do risco, realizada por nossos assessores legais, o qual deixou de ser classificado como perda possível passando a perda remota.

b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “Provisão para Passivos Contingentes” do grupo “Outras Obrigações – Diversas”, no exigível a longo prazo (vide nota nº 10b).

As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 19.940 (31/12/2017 R\$ 23.193) na data destas informações trimestrais.

c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica “Outras Obrigações - Diversas” (vide nota nº 10b). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 6.022 (31/12/2017 R\$ 6.215) na data destas informações trimestrais, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:** Está dividido em 58.736.269 de ações ordinárias e 44.206.287 de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% a.a. sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/04/2018, homologada pelo Banco Central do Brasil em 18/06/2018, aprovou o aumento do capital social para R\$ 423.430, mediante incorporação de reservas de lucros.

b) **Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995. De acordo com o artigo 5º, parágrafo 2º: “Para as ações preferenciais é assegurado o direito ao dividendo anual mínimo de 8% (oito por cento) sobre a parte do capital representada pelas ações preferenciais, mantendo-se e preservando-se, desta forma, o direito originário ao dividendo anual mínimo de 8% (oito por cento) calculado sobre o valor nominal das mesmas ações para preferentemente a qualquer outro dividendo”, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

i) Cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio sobre o Lucro Líquido Anual:

Demonstrativo	30/06/2018	30/06/2017
Lucro Líquido do Semestre	32.988	23.778
(-) Reserva Legal	(1.649)	(1.189)
Lucro Líquido Ajustado	31.339	22.589
Juros sobre Capital Próprio - Valor Bruto	9.217	6.667
(-) Imposto de Renda na Fonte - 15%	(1.383)	(1.000)
Juros sobre Capital Próprio - Valor Líquido	7.834	5.667
% sobre o Lucro Líquido Ajustado	25%	25%

Para o semestre foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 9.217 (30/06/2017 R\$ 8.090), correspondendo ao valor bruto de R\$ 193,72 (30/06/2017 R\$ 182,75) por lote de mil ações preferenciais e 11,25 (30/06/2017 R\$ Zero) por lote de mil ações ordinárias, respectivamente. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R\$ 3.687 (30/06/2017 R\$ 3.236) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

A seguir demonstramos os valores aprovados:

Valores por Lote de 1.000 Ações			1º Semestre	Total R\$ Mil
Tipo de Ação	Quantidade de Ações			
ON	58.736.269		11,25	661
ON	(46.700)	(*)	11,25	(1)
PN	44.206.287		193,72	8.564
PN	(35.500)	(*)	193,72	(7)
				9.217

(*) Ações em Tesouraria.

c) Reservas de Lucros:

	30/06/2018	31/12/2017
Reserva legal	63.099	61.450
Reservas estatutárias - aumento de capital	311.243	314.734
Reservas estatutárias - dividendos	72.834	70.621
Total	447.176	446.805

d) Ações em Tesouraria - Programa de Recompra de Ações:

d1. O Programa de Recompra de Ações da FASA, iniciado em 15/06/2016, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/11/2017, com o cancelamento, sem redução do capital social, de 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias e 237.600 (duzentas e trinta e sete mil e seiscentas) ações preferenciais recompradas no âmbito do referido Programa, dentro as quais 259.400 (duzentas e cinquenta e nove mil e quatrocentas) ações ordinárias e 152.400 (cento e cinquenta e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais já haviam sido canceladas em 09/03/2017, perfazendo um total de R\$ 1.841. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$ 400.030 (quatrocentos milhões e trinta mil reais), passa a ser dividido em 102.976.956 (cento e dois milhões, novecentas e setenta e seis mil e novecentas e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.742.969 (cinquenta e oito milhões, setecentas e quarenta e duas mil e novecentas e sessenta e nove) ordinárias e 44.233.987 (quarenta e quatro milhões, duzentas e trinta e três mil e

Notas Explicativas

novecentas e oitenta e sete) preferenciais, inconversíveis em ordinárias. O prazo para execução do Programa era de até 18 (dezoito) meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

d2. Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, 13 de novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para cancelamento, no valor total de até R\$ 3.430, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 500.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 (dezoito) meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08/03/2018 foi autorizado o cancelamento de 6.700 (seis mil e setecentas) ações ordinárias e 27.700 (vinte e sete mil e setecentas) ações preferenciais, que se encontravam em tesouraria em 28/02/2018, recompradas no âmbito do Programa de Recompra de Ações. Em função do cancelamento e das compras de ações, o capital social da Sociedade passa a ser de R\$ 423.430 (quatrocentos e vinte e três milhões e quatrocentos e trinta mil reais), dividido em 102.942.556 (cento e duas milhões, novecentas e quarenta e duas mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 (cinquenta e oito milhões, setecentas e trinta e seis mil, duzentas e sessenta e nove) ações ordinárias e 44.206.287 (quarenta e quatro milhões, duzentas e seis mil e duzentas e oitenta e sete) ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias. Durante o semestre foram adquiridas e permanecem em tesouraria 46.700 ações ordinárias e 35.500 preferenciais, no montante de R\$ 370.

O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 4,1300 e por ação PN é de R\$ 4,9600. O valor de mercado dessas ações, em 30 de junho de 2018, era de R\$ 4,13 por ação ON e R\$ 5,12 por ação PN.

Notas Explicativas

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017	Semestre	
			2018	2017
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	8.864	1.323	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	8.864	1.323	-	-
Banco Alfa S.A.	8.864	1.323	-	-
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	(3.794.852)	(3.376.109)	(121.486)	(160.189)
- Outras partes relacionadas (1)	(3.794.852)	(3.376.109)	(121.486)	(160.189)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(846.648)	(825.824)	(26.906)	(45.602)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(2.948.204)	(2.550.285)	(94.580)	(114.587)
Aquisição de ativos financeiros	144.016	221.324	16.808	39.389
- Outras partes relacionadas (2)	144.016	221.324	16.808	39.389
Banco Alfa S.A.	144.016	221.324	16.808	39.389
- Outras partes relacionadas (3)	551.642	393.582	33.757	10.009
Banco Alfa S.A.	551.642	393.582	33.757	10.009
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(4.703)	(3.963)	(5.533)	(4.662)
- Controladora	(2.011)	(1.433)	(2.365)	(1.685)
Alfa Holdings S.A.	(168)	(2)	(198)	(2)
Consortio Alfa de Administração S.A.	(168)	(2)	(197)	(2)
Corumbal Participações e Administração	(1.675)	(1.429)	(1.970)	(1.681)
- Outras partes relacionadas.	-	(3)	-	(4)
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.692)	(2.527)	(3.168)	(2.973)
Outras transações	(478)	(355)	(4.919)	(4.259)
- Outras partes relacionadas (4)	(478)	(355)	(4.919)	(4.259)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(71)	-	-	(3)
Banco Alfa S.A.	(94)	(86)	(3)	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(313)	(269)	-	-
Metro Dados Ltda.	-	-	-	(485)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(1.041)	(1.373)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(828)	(87)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	(3.050)	(2.311)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R\$ 143.213 (31/12/2017 R\$ 219.951) e realizadas na vigência da Circular BACEN nº 2.568, de 04/05/1995, no montante de R\$ 803 (31/12/2017 R\$ 1.373).

(3) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN no. 3.533 de 31/01/2008.

(4) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes.

b) Remuneração dos Administradores:

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

No semestre, o montante registrado foi de R\$ 4.389 (1º semestre/2017 R\$ 4.508) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A Companhia não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

b.1) Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 30 de junho de 2018: Ordinárias 1,877%, Preferenciais 36,581% e do total de ações 16,786%.

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado Financeiro Alfa. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Financeiro Alfa são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoantes às diretrizes estabelecidas pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

Risco de mercado - O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (*Value at Risk*) definidos pelo comitê de gestão de risco de mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de fator de decaimento (lâmbda) de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução BACEN nº 4.193 de 01/03/2013, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.281, de

Notas Explicativas

31/10/2013. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Risco de liquidez - O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, a gestão do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento à Resolução BACEN nº 4.090, de 24/05/2012, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade.

Risco de crédito - é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- (a) Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sobre posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- (b) Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, obrigações ou operações de natureza semelhante.
- (c) De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve em conformidade com as disposições do Art. 3º da Resolução BACEN nº 3.721, de 30/04/2009, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

O Conglomerado Financeiro Alfa visando maior celeridade no processo de concessão de crédito utiliza-se, no segmento de varejo, na empresa Financeira Alfa S.A-CFI, de modelos estatísticos para avaliação do risco de crédito, o qual, aprovado pelo comitê de crédito e primando pela prudência que caracteriza a forma de atuar do Conglomerado Financeiro Alfa, busca coletar informações que permitam avaliar caráter, idoneidade e histórico positivo de crédito, geração de renda, estabilidade profissional e outras informações externas disponíveis. Este modelo está em constante evolução com vistas a capturar o maior número de informações relevantes para permitir segurança na concessão de crédito. No segmento de atacado, as operações de crédito são analisadas individualmente no comitê de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa e se baseiam em um profundo conhecimento das atividades, situação patrimonial e financeira dos clientes e seu histórico de crédito.

Risco operacional - A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, conceituados na Resolução BACEN nº 3.380, de 29/06/2006, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito, e a consequente

Notas Explicativas

adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de gestão de riscos. Este departamento reporta-se diretamente à controladoria, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao comitê de controles de risco operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

Conforme disposto no Artigo 18 da Circular BACEN nº 3.678 de 31/10/2013, com as alterações da redação dada pela Circular BACEN nº 3.716, de 21/08/2014, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site www.alfanet.com.br.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Instrumentos Financeiros Derivativos para negociação	7.809	9.171
Instrumentos Financeiros Derivativos para Hedge de valor justo	(136.248)	(158.369)
TOTAL	(128.439)	(149.198)

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	7.219	7.292
Ativo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	23.669	10.527
Passivo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	(47.323)	(30.751)
Passivo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	(112.004)	(136.266)
TOTAL	(128.439)	(149.198)

Notas Explicativas**b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:**

	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Pré	120.092	188.246	195.145	177.744	263.481	275.396
Mercado Interfinanceiro	108.890	193.785	193.738	159.844	276.143	276.143
Posição Ativa	228.982	382.031	388.883	337.588	539.624	551.539
Pré	108.890	192.051	196.645	159.844	269.195	277.562
Mercado Interfinanceiro	120.092	184.474	184.429	177.744	264.806	264.806
Posição Passiva	228.982	376.525	381.074	337.588	534.001	542.368
Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	5.506	7.809	-	5.623	9.171

c) Instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de valor justo:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo	Valor de Referência	Custo Amortizado	Valor Justo
Mercado Interfinanceiro	2.813.439	3.231.980	3.231.186	2.236.937	2.671.892	2.671.892
Posição Ativa	2.813.439	3.231.980	3.231.186	2.236.937	2.671.892	2.671.892
Pré	2.813.439	3.306.782	3.367.434	2.236.937	2.695.995	2.830.261
Posição Passiva	2.813.439	3.306.782	3.367.434	2.236.937	2.695.995	2.830.261
Contratos de Swaps –Exposição Líquida	-	(74.802)	(136.248)	-	(24.103)	(158.369)

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativo - Saldo a Receber			Ativo - Saldo a Receber		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	14.334	16.554	30.888	17.013	806	17.819
TOTAL	14.334	16.554	30.888	17.013	806	17.819

	30/06/2018			31/12/2017		
	Passivo - Saldo a Pagar			Passivo - Saldo a Pagar		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	6.526	152.801	159.327	7.842	159.175	167.017
TOTAL	6.526	152.801	159.327	7.842	159.175	167.017

e) O Saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:Ativo

Negociação:

	30/06/2018					31/12/2017				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL
Swap	1.765	4.857	7.512	200	14.334	1.706	4.818	9.635	854	17.013
Sub Total	1.765	4.857	7.512	200	14.334	1.706	4.818	9.635	854	17.013

Hedge de valor justo:

	30/06/2018					31/12/2017				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL
Swap	-	597	3.541	12.416	16.554	670	98	-	38	806
Sub Total	-	597	3.541	12.416	16.555	670	98	-	38	806
Total	1.765	5.454	11.053	12.616	30.888	2.376	4.916	9.635	892	17.819

Notas Explicativas

Passivo

Negociação:

	30/06/2018					31/12/2017				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL
Swap	(680)	(2.818)	(2.689)	(339)	(6.526)	(691)	(2.553)	(3.670)	(928)	(7.842)
Sub Total	(680)	(2.818)	(2.689)	(339)	(6.526)	(691)	(2.553)	(3.670)	(928)	(7.842)

	30/06/2018					31/12/2017				
	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	TOTAL
Swap	(8.862)	(34.963)	(72.644)	(36.332)	(152.801)	(3.142)	(24.365)	(75.479)	(56.189)	(159.175)
Sub Total	(8.862)	(34.963)	(72.644)	(36.332)	(152.801)	(3.142)	(24.365)	(75.479)	(56.189)	(159.175)
Total	(9.542)	(37.781)	(75.333)	(36.671)	(159.327)	(3.833)	(26.918)	(79.149)	(57.117)	(167.017)

f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	1º Semestre					
	2018			2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	254	13.835	14.089	586	(51.232)	(50.646)
TOTAL	254	13.835	14.089	586	(51.232)	(50.646)

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste positivo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	1º Semestre					
	2018			2017		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
de swaps	(1.246)	72.820	71.574	(2.561)	(43.292)	(45.853)
TOTAL	(1.246)	72.820	71.574	(2.561)	(43.292)	(45.853)

Contabilidade de "Hedge": A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge".

h) Análise de Sensibilidade: Em conformidade com a instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão na data-base destas informações trimestrais; **b)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; **c)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por

Notas Explicativas

exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

30/06/2018				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixada	976.613	(16.452)	(20.390)	(38.665)

31/12/2017				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
		cenário (a)	cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixada	1.214.867	(15.298)	(17.668)	(34238)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

16. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

a) Outras Despesas Administrativas:

	1º Semestre	
	2018	2017
Água, energia e gás	(217)	(221)
Aluguéis	(3.573)	(3.524)
Comunicações	(1.137)	(1.500)
Depreciação e amortização	(868)	(887)
Manutenção e conservação de bens	(535)	(782)
Processamento de dados	(12.058)	(10.058)
Promoções e relações públicas	(1.216)	(1.002)
Propaganda e publicidade	(642)	(536)
Serviços do sistema financeiro	(3.442)	(2.412)
Serviços de terceiros	(2.461)	(2.335)
Serviços técnicos especializados	(4.365)	(4.331)
Viagem	(1.002)	(974)
Outras despesas administrativas	(1.992)	(1.708)
Total	(33.508)	(30.268)

b) Outras Receitas Operacionais:

	1º Semestre	
	2018	2017
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	631	1.129
Dividendos e juros sobre o capital recebidos ou declarados de investimentos avaliados pelo método de custo	473	306
Dividendos prescritos	442	400
Reversão de provisão fiscal	-	1.520
Reversão de provisões operacionais	276	-
Receita com portabilidade de crédito	343	403
Outras rendas operacionais	2	43
Total	2.167	3.801

Notas Explicativas

c) Outras Despesas Operacionais:

	1º Semestre	
	2018	2017
Atualização e complemento de provisão para riscos fiscais e de tributos a recolher	(142)	(646)
Comissões	(3.411)	(3.631)
Contingências cíveis (*)	(515)	19
Contingências trabalhistas (*)	(8.000)	(14.469)
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(3.228)	(2.312)
Prêmio de Operação de vendas - Ligadas	(5.962)	(1.074)
Outras despesas operacionais	(2.776)	(1.873)
Total	(24.034)	(23.986)

(*) Vide nota explicativa nº 11.

d) Resultado não Operacional:

	1º Semestre	
	2018	2017
Lucro na alienação de valores e bens	124	344
Prejuízo na alienação de valores e bens	(219)	(538)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(353)	(82)
Baixa do Ativo Permanente	(10)	(439)
Outras receitas não operacionais	40	-
Total	(418)	(715)

e) Contratação de Seguros:

O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possa acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 75.855 (31/12/2017 R\$ 75.160) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2017 R\$ 6.000) e R\$ 2.000 (31/12/2017 R\$ 2.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa.

f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (stock options) e outros benefícios pós-emprego a seus empregados.

g) A Medida Provisória nº 675, de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

h) Índice de Capital

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O Conglomerado Financeiro Alfa, em 30 de Junho de 2018, atingiu índice de capital de 19,21 % (31/12/2017 20,35%) calculado a partir do conceito de “Consolidado Prudencial”, nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013,

Notas Explicativas

demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2018, que equivale a 10,5% (PR 8,625% + ACP 1,875%).

	Conglomerado Financeiro Alfa	
	Prudencial (1)	
	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência – Nível I	2.342.884	2.318.155
Capital Principal	2.342.884	2.318.155
Patrimônio Líquido	2.383.277	2.351.429
(-) Ajustes Prudenciais	(40.393)	(33.314)
Patrimônio de Referência (PR)	2.342.884	2.318.115
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.196.421	11.390.309
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	10.007.077	9.659.730
Risco de Mercado	1.024.034	652.222
Risco Operacional	1.165.310	1.078.357
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.051.941	1.053.604
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	228.683	142.379
Índice de Basileia	19,21%	20,53%
Capital de Nível I	19,21%	20,53%
Capital Principal	19,21%	20,53%

(1) Conforme a Resolução nº 4.278 de 31/10/2013, a partir da data-base de janeiro de 2015, o índice de Capital passou a ser apurado a partir do conceito de “Consolidado Prudencial”.

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 30 de junho de 2018, o Índice de Alavancagem do conglomerado prudencial Alfa é de 15,83 % (31/12/2017 15,36%).

Ajuste Prudencial: Em atendimento a Resolução nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução nº 4.389 de 18/12/2014 do Conselho Monetário Nacional, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial.

A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

Notas Explicativas**17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	1º Semestre	
	2018	2017
No início do período	<u>721.717</u>	<u>790.290</u>
Disponibilidade	1.642	3.045
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	720.075	787.245
No final do período	<u>725.961</u>	<u>190.494</u>
Disponibilidade	10.795	4.541
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	715.166	185.953
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.244</u>	<u>(599.796)</u>

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CONTADORA
CRC 1SP 232.846/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

FINANCEIRA ALFA S.A. -

CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF n.º 17.167.412/0001 13 e NIRE 35 3 0004818 1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) o Estudo Técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; (ii) o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2018, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e (iii) a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Ailton Carlos Canette

Antonio Celso Amaral Salles

Luiz Gonzaga Ramos Schubert

Rogério Rey Betti

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 9 vezes no período de fevereiro a junho de 2018, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, gerenciamento e controle de riscos, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, aprovação do plano anual da auditoria interna, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e BM&FBOVESPA, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê avaliou, em reuniões com a área de Gestão de Riscos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos no Conglomerado, enfatizando os riscos de: crédito, liquidez, mercado, operacional, gestão de capital, socioambiental e os impactos da resolução BACEN nº 4.557, com destaque à observância das normas aplicáveis, na conformidade da legislação vigente, incluindo os prazos nela estabelecidos, e dos trabalhos de revisão e atualização das políticas e procedimentos dos diversos riscos, os quais são submetidos à aprovação anual do Conselho da Administração. Com a criação do Comitê de Risco e a participação de um membro do Comitê da Auditoria no citado Comitê, espera-se uma sinergia entre os Comitês. Deverá haver uma visão estratégica com a Diretoria de Risco e a continuidade do trabalho que o Comitê faz junto à Gerência Geral de Gestão de Riscos.

Ouvidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. Deverá acompanhar a partir de 02 de julho de 2018, data que entram em vigor, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes, constatando-se a preocupação com o aprimoramento dos sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) o planejamento das atividades; b) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado; e c) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467, de 14 de setembro de 2009.

Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do segundo e trimestre de 2017 e a do primeiro trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras e, ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, com data base de 30 de junho de 2018, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Clóvis de Matos Guedes

Fernando Luiz Ramos Pompeia

José Canuto da Cunha

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

Introdução

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se 9 vezes no período de fevereiro a junho de 2018, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, combate à lavagem de dinheiro, gerenciamento e controle de riscos, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, aprovação do plano anual da auditoria interna, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e BM&FBOVESPA, discutindo as providências adotadas.

Administração de Riscos

O Comitê avaliou, em reuniões com a área de Gestão de Riscos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos no Conglomerado, enfatizando os riscos de: crédito, liquidez, mercado, operacional, gestão de capital, socioambiental e os impactos da resolução BACEN nº 4.557, com destaque à observância das normas aplicáveis, na conformidade da legislação vigente, incluindo os prazos nela estabelecidos, e dos trabalhos de revisão e atualização das políticas e procedimentos dos diversos riscos, os quais são submetidos à aprovação anual do Conselho da Administração. Com a criação do Comitê de Risco e a participação de um membro do Comitê da Auditoria no citado Comitê, espera-se uma sinergia entre os Comitês. Deverá haver uma visão estratégica com a Diretoria de Risco e a continuidade do trabalho que o Comitê faz junto à Gerência Geral de Gestão de Riscos.

Ouvidoria

Foi acompanhada, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos e monitoramento de atividades, as quais foram referendadas de acordo com as normas da Resolução BACEN nº 4.433, de 23/07/2015, e das Circulares BACEN nº 3.778, de 30 de dezembro de 2015 e nº 3.503, de 16/07/2010, excluídos os artigos 1º e 2º. Deverá acompanhar a partir de 02 de julho de 2018, data que entram em vigor, os efeitos da Resolução BACEN nº 4.629, de 25/01/2018 e da Circular nº 3.881, de 02/07/2018.

Controles Internos

O Comitê considerou eficazes as atividades desenvolvidas, entendendo-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes, constatando-se a preocupação com o aprimoramento dos sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro. O monitoramento, por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é objeto de análise pela área responsável, auditoria interna e externa, fazendo com que o Comitê julgue o sistema de controles internos adequado ao porte e complexidade de seus negócios.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Discussão sobre os processos das várias empresas do Conglomerado com relação à prevenção de lavagem de dinheiro, tendo em vista às suspeições ou desabonos que possam existir.

Auditoria Externa e Interna

As empresas responsáveis pela Auditoria externa são a KPMG Auditores Independentes e a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) o planejamento das atividades; b) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado; e c) Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467, de 14 de setembro de 2009.

Relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do segundo e trimestre de 2017 e a do primeiro trimestre de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se, ainda, que durante esse período, o Comitê de Auditoria, em nenhum momento, foi acionado, nem tampouco se deparou com qualquer situação, que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias, na condução de suas atividades.

Há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada em seus trabalhos, que viessem a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado, daí se concluindo como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras e, ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras, com data base de 30 de junho de 2018, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Clóvis de Matos Guedes

Fernando Luiz Ramos Pompeia

José Canuto da Cunha

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA

Data: 09 de agosto de 2018. Horário: 09h30min. Local: Sede social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, São Paulo – SP.

1. Reuniu-se a Diretoria da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, presentes seus membros abaixo assinados. Assumiu a Presidência da Mesa Rubens Bution - Diretor Presidente.

2. Os Diretores discutiram e aprovaram:

2.1. O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; e

2.2. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2018, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09.

3. Na forma da Lei e do artigo 31 do Estatuto Social, a Diretoria resolveu propor ao Conselho de Administração que, relativamente às Demonstrações Financeiras ora aprovadas, sejam pagos aos titulares de ações que estiverem inscritos nos registros da Sociedade em 14.08.2018, a título de juros sobre o capital próprio, os valores de R\$0,01125 por ação ordinária e R\$0,19372 por ação preferencial, ressalvado que, sobre os valores pagos, incidirá imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estiverem dispensados da referida tributação. As importâncias pagas, líquidas de imposto de renda na fonte, serão imputadas ao valor dos dividendos obrigatórios previstos em Lei e no Estatuto Social. Esta proposta já está refletida nas aludidas Demonstrações Financeiras.

4. Nesta mesma oportunidade, os Diretores resolveram submeter referidos documentos e proposta ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, para sua aprovação.

5. A Diretoria tomou conhecimento e resolveu encaminhar ao Conselho de Administração, para ciência, os seguintes Relatórios relativos ao 1º semestre de 2018:

5.1. Relatório Semestral de Controles Internos Suitability;

5.2. Relatório Semestral das Atividades do Comitê de Auditoria; e

5.3. Relatório Semestral das Atividades de Ouvidoria.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA

Data: 09 de agosto de 2018. Horário: 09h30min. Local: Sede social, Alameda Santos, nº 466, 4º andar, São Paulo – SP.

1. Reuniu-se a Diretoria da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, presentes seus membros abaixo assinados. Assumiu a Presidência da Mesa Rubens Bution - Diretor Presidente.

2. Os Diretores discutiram e aprovaram:

2.1. O Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; e

2.2. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2018, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09.

3. Na forma da Lei e do artigo 31 do Estatuto Social, a Diretoria resolveu propor ao Conselho de Administração que, relativamente às Demonstrações Financeiras ora aprovadas, sejam pagos aos titulares de ações que estiverem inscritos nos registros da Sociedade em 14.08.2018, a título de juros sobre o capital próprio, os valores de R\$0,01125 por ação ordinária e R\$0,19372 por ação preferencial, ressalvado que, sobre os valores pagos, incidirá imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estiverem dispensados da referida tributação. As importâncias pagas, líquidas de imposto de renda na fonte, serão imputadas ao valor dos dividendos obrigatórios previstos em Lei e no Estatuto Social. Esta proposta já está refletida nas aludidas Demonstrações Financeiras.

4. Nesta mesma oportunidade, os Diretores resolveram submeter referidos documentos e proposta ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, para sua aprovação.

5. A Diretoria tomou conhecimento e resolveu encaminhar ao Conselho de Administração, para ciência, os seguintes Relatórios relativos ao 1º semestre de 2018:

5.1. Relatório Semestral de Controles Internos Suitability;

5.2. Relatório Semestral das Atividades do Comitê de Auditoria; e

5.3. Relatório Semestral das Atividades de Ouvidoria.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor